



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – SICM
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL I - SIM I



Processo nº 002434-0200/15-1

Executivo Municipal de Mato Queimado

Administradores: Nelson Hentz (Prefeito)

Nilson Antônio Borchert (Vice-Prefeito)

Procuradores: Vanessa Lopes Pedrozo Demetrio, OAB/RS n. 104401;

Brunno Bossle, OAB/RS n. 92802;

André Leandro Barbi de Souza, OAB/RS n. 27755. (peça
515057)

IT - Análise de Esclarecimentos

Processo de Contas de Governo/2015

Senhor Coordenador:

Cabe referir que o **Sr. Nilson Antônio Borchert** (Vice-Prefeito), **não foi intimado** para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame¹.

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir:

¹ Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 09-03-2017.



DA GESTÃO FISCAL

Da Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício

2.3 – Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (peça 372966, pp. 7 a 9 e 21).

Esclarecimentos prestados à peça 515056. Não acosta documentos outros que as cópias de telas constantes dos esclarecimentos.

O Gestor alega que o site do município estava passando por algumas atualizações para melhor disposição das informações e transparência, assim algumas informações não teriam sido atualizadas e, dessa forma, não teria sido possível disponibilizá-las em tempo hábil. Fato que nas próximas auditorias estará revolido.

Salienta também que informações como, por exemplo: PPA, LDO e LOA, ao invés de estarem disponíveis no link de transparência podiam ser acessadas através do botão “Legislação Municipal” apresentado na página inicial – menu Acesso Rápido -.

Ao exame.

O Gestor não discorda que o Município tenha descumprido parte das exigências da Lei da Transparência – Lei Federal nº 131/2009 -, argumentando, contudo, que nas próximas auditorias o Município estará cumprindo as exigências legais.

Nos próprios esclarecimentos junta cópia das telas que seriam indicativas da possibilidade de acesso às legislações do PPA, LDO e LOA através do menu inicial, acesso rápido, legislação municipal. De qualquer forma, o Recibo



de Informações nº 8/2015, acusa a existência de outros documentos faltantes, tais como Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREA -, Relatório de Gestão Fiscal – RGF -, Prestação de Contas, dentre outras informações que não foram encontradas no exame realizado pelos Técnicos deste TCE.

Assim, portanto, os esclarecimentos prestados não foram suficientes para elidir o aponte para o presente exercício.

Diante do exposto, mantém-se o aponte.

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

Constata-se o desatendimento às exigências da Resolução nº 1052/2015 no tocante ao não envio do seguinte documento:

2.1.1 - Declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “e”).

O Gestor não apresenta esclarecimentos, nem junta documentos para o item, diante do que, sugere-se a sua manutenção.

O exame da documentação evidenciou a inconformidade a seguir indicada:

2.1.2 – Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O Balanço Patrimonial acostado à peça 265.938 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta saldo credor em conta de natureza devedora.



Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015.

Esclarecimentos prestados à peça 515056. Acosta documentos à peça 515055.

Salienta-se o Gestor que o apontamento em questão, segundo a equipe de auditoria, diz respeito ao desatendimento do art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução TCERS no 1.052, de 2015, abaixo transcrito. Ou seja, diz respeito ao prazo de entrega do demonstrativo contábil:

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:

(...)

III – até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte:

(...)

c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

Com respeito ao saldo invertido da conta do ativo do Demonstrativo Contábil (a – Quadro Principal), diz o Gestor que tal situação ocorreu em decorrência de que os valores de “ajustes para perda de dívida ativa” estavam maiores que os valores registrados da própria Dívida Ativa. Ou seja, não estavam corretos os valores a receber da Dívida. Situação que foi corrigida durante o exercício de 2016, conforme se verifica no documento anexado à peça 515055.

Assim, aduz que o demonstrativo contábil (balanço patrimonial), referente ao exercício de 2016, já apresentará saldo contábil correto.

Ressalta o Gestor que tal situação apresentada no Quadro Contábil, gerado a partir dos dados enviado pelo SIAPC-PAD, e indicada discrepante e incorreta, poderia ter sido evitada caso o sistema do TCE/RS tivesse gerado uma inconsistência no momento do preenchimento, impedindo a transmissão da informação contábil ao TCE/RS. Fato que mereceria atenção da nobre Corte de Contas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – SICM
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL I - SIM I
Proc. Nº 002434-0200/15-1



Com respeito ao enquadramento dado (desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015), aduz que tal argumento não se sustenta, pois o documento foi encaminhado ao TCERS no dia 29 de janeiro de 2016, conforme se pode observar na peça 0278094, que esta acostada no processo em questão. Portanto, desnecessário apontar uma situação que esta sendo atendida na sua plenitude.

Ao exame.

O Gestor alega atendimento à Resolução TCE nº 1.052/2015, objeto do aponte do TCE.

Por outro lado, o saldo credor registrado no grupo Ativo Realizável a Longo Prazo/ Créditos a Longo Prazo (de R\$ 11.253,11), foi provocado pelo excesso de provisionamento para perdas realizado (“ajustes para perda de dívida ativa”), conforme o Gestor esclareceu e evidenciamos no quadro abaixo, a partir de consulta ao SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas:

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Ant Debito	Saldo Ant Credito	Movimento Debito	Movimento Credito	Saldo Final
12110000000000000000	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	236.573,47	0,00	30765,24	278591,82	-11253,11
12111010100000000000	IMPOSTOS	0,00	0,00	2.743,56	2.743,56	0,00
12111010200000000000	TAXAS	0,00	0,00	303,18	303,18	0,00
12111010300000000000	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	4.035,73	4.035,73	0,00
12111040105010000000	COBRANÇA ADMINISTRATIVA	4.197,70	0,00	2.743,56	4.500,00	2.441,26
12111040107010000000	COBRANÇA ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	39,37	39,37	0,00
12111040109010000000	COBRANÇA ADMINISTRATIVA	662,72	0,00	664,06	800,00	526,78
12111040110010000000	COBRANÇA ADMINISTRATIVA	5.334,42	0,00	4.035,73	5.400,00	3.970,15
12111050100000000000	DÍVIDA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	4.737,81	0,00	3.949,71	5.800,00	2.887,52
12111050300000000000	DÍVIDA ATIVA SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA	1.726,27	0,00	7.165,84	8.892,11	0,00
12111051000010000000	DÍVIDA TROCA MILHO	377,07	0,00	302,40	679,47	0,00
12111051000030000000	DÍVIDA CALCAREO	372,50	0,00	0,00	0,00	372,50
12111051000050000000	ADUBO 2012	984,30	0,00	0,00	984,30	0,00
12111051000060000000	ADUBO 2013	0,00	0,00	4.782,10	4.000,00	782,10
12111059900050000000	RESTITUIÇÕES TROCA MILHO - R.ORÇ (F)	302,40	0,00	0,00	302,40	0,00
12111059900070000000	ADUBO 2013	4.782,10	0,00	0,00	4.782,10	0,00
12111059900080000000	ADUBO 2014	237.072,00	0,00	0,00	235.329,60	1.742,40
12111990405000000000	(-)AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	0,00	5.876,20	0,00	0,00	-5.876,20
12111990407000000000	(-)AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	0,00	99,62	0,00	0,00	-99,62
12111990409000000000	(-)AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	0,00	12.000,00	0,00	0,00	-12.000,00
12111990500000000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	6.000,00	0,00	0,00	-6.000,00

Fonte dos dados: SIAPC, remessa do 6º bimestre de 2015.



Assim, conclui-se, que tais provisionamentos não estavam corretos, como bem admitiu o Gestor, na medida em que o ajuste para perdas não poderia jamais superar o saldo do grupo, visto não ser possível provisionar perdas superiores aos créditos existentes a receber, repercutindo na infringência ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP ², que detalha a forma de escrituração contábil, uso das contas, incluindo a sua natureza de saldo, ou seja, devedor ou credor. Assim, o Gestor diz que a situação teria sido corrigida, juntando balancete de verificação de 2016, com vistas a demonstrar os ajustes realizados.

Ademais, ressalta-se que os dados contábeis apresentados por ocasião da remessa do RVE - SIAPC (peça 265935), serviram de base para a formatação do Balanço Patrimonial DCASP- BP (peça 265938), peças estas assinadas tanto pelo Contabilista do Município quanto pelo responsável pelo Executivo Municipal por ocasião da remessa a este TCE, de forma a não ser possível atribuir a incorreção apontada como uma falha do sistema SIAPC-PAD, nem surpresa pelos saldos apresentados.

É importante ressaltar, também, que a contabilidade governamental segue normativas, dentre as quais se destaca a Lei Federal nº 4.320/1964, que traz em seu Título IX “Da Contabilidade”, onde são tratadas as principais regras para a escrituração e emissão do balanço patrimonial, dentre outras demonstrações contábeis. Também há que destacar a Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações, que Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 6ª edição, aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com validade a partir do exercício de 2015, nos termos da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e da Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

Conforme mencionado acima, sobre o atendimento aos Princípios de Contabilidade, definidos pela Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações na mensuração e apuração dos componentes patrimoniais, destaca-se o descumprimento do Princípio da Continuidade:

² http://intranet.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/jurisdicionados/sistemas_controle_externo/siapc/pcasp



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – SICM
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL I - SIM I
Proc. Nº 002434-0200/15-1



Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a **mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio** levam em conta esta circunstância. (Grifamos)

Oportunidade:

Também se destaca o descumprimento do Princípio da

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do apontamento.

À sua consideração.

Em 09 de março de 2017.

Ivan Carlos Almeida dos Santos,
Auditor Público Externo